

Formação dos quadros intelectuais nos anos 1930: Anísio Teixeira e a questão da universidade

Constitution of the intellectual groups in the nineteen thirties: Anísio Teixeira and the matter of the university

Formación de los cuadros intelectuales en los años de 1930: Anísio Teixeira y la cuestión de la universidad

FLÁVIO MASSAMI MARTINS RUCKSTADTER¹
VANESSA CAMPOS MARIANO RUCKSTADTER²

Resumo:

Este texto tem como objetivo analisar o discurso proferido por Anísio Teixeira (1900-1971), então Reitor da Universidade do Distrito Federal, na cerimônia de inauguração dos cursos em 31 de julho de 1935. Nesse discurso, intitulado Universidade: mansão da liberdade, o autor apresenta uma reflexão sobre o papel da universidade na constituição da elite intelectual brasileira. O documento é analisado historicamente inserido em uma discussão sobre os intelectuais e seu papel na sociedade, especialmente a partir da trajetória intelectual de Anísio Teixeira. Em seu discurso é possível vislumbrar um projeto que além de educacional é um projeto social. O autor considerava a universidade como espaço fundamental de consolidação de uma elite intelectual, responsável por assumir uma função dirigente na sociedade e difundir um determinado tipo de cultura.

Palavras-chave: Intelectuais. Universidade. Anísio Teixeira. Anos 1930.

¹ Doutor em Educação pela Universidade Estadual de Maringá. Professor Adjunto do Centro de Ciências Humanas e da Educação, *campus* Jacarezinho, da Universidade Estadual do Norte do Paraná. E-mail: flavioruckstadter@uenp.edu.br.

² Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Maringá. Professora Adjunta do Centro de Ciências Humanas e da Educação, *campus* Jacarezinho, da Universidade Estadual do Norte do Paraná. E-mail: vanessaruckstadter@uenp.edu.br.

Abstract:

*This text has as objective to analyze the speech pronounced by Anísio Teixeira (1900-1971), at that time Rector of the University of the Federal District, in the ceremony of the inauguration of the courses in 1935. In his speech, named *Universidade: mansão da liberdade*, the author presents a reflection about the part of the university in the formation of the Brazilian intellectual elite. The document is historically analyzed with a discussion about the intellectual ones and their parts in the society, especially from Anísio Teixeira's intellectual trajectory. In his speech, it is possible to glimpse a project that beyond educational is also a social project. The author considered the university as fundamental place of consolidation of the intellectual elite, responsible of assuming a leadership function in the society and disseminating a certain type of culture.*

Keywords: *Intellectuals. University. Anísio Teixeira. 1930's.*

Resumen:

*Este texto tiene como objetivo analizar los aspectos históricos y políticos que envuelven la formación de los cuadros intelectuales brasileiros en los años de 1930. La discusión es realizada a partir del análisis del discurso pronunciado por Anísio Teixeira (1900-1971), entonces Rector de la universidad del Distrito Federal, en la ceremonia de inauguración de las carreras el 31 de julio de 1935. En este discurso, titulado *Universidad: mansión de la libertad*, el autor presenta una reflexión sobre el papel de la universidad en la constitución de la elite intelectual brasileira. Este artículo marca un panorama histórico de la formación intelectual en le Brasil, concomitante con una discusión sobre los intelectuales y su papel en la sociedad. También realiza un análisis histórico sobre el contexto relacionado a la trayectoria intelectual de Anísio Teixeira. El análisis del documento considera sus conceptos de universidad e intelectualidad, especialmente en sus aspectos políticos e históricos.*

Palabras-clave: *Intelectuales. Universidad. Anísio Teixeira.*

Recebido em: fevereiro de 2015

Aprovado para publicação em: maio de 2015

De fato, a Universidade, que se encontra no ápice de todas as instituições educativas, está destinada, nas sociedades modernas a desenvolver um papel cada vez mais importante na formação das elites de pensadores, sábios, cientistas, técnicos, e educadores, de que elas precisam para o estudo e solução de suas questões científicas, morais, intelectuais, políticas e econômicas. Se o problema fundamental das democracias é a educação das massas populares, os melhores e os mais capazes, por seleção, devem formar o vértice de uma pirâmide de base imensa. Certamente, o novo conceito de educação repele as elites formadas artificialmente "por diferenciação econômica" ou sob o critério da independência econômica, que não é nem pode ser hoje elemento necessário para fazer parte delas.

Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova - 1932

Introdução

O trecho do Manifesto dos Pioneiros de 1932 destacado acima serve como ponto de partida para pensarmos a função da universidade. Todo projeto de educação, em qualquer nível, é antes um projeto de sociedade. Os chamados renovadores da educação nacional tinham um plano de reconstrução da educação em todos os níveis, diretamente relacionado a um projeto de sociedade democrática e liberal. Percebemos a clareza, ao menos na proposta formalizada, em relação à educação superior no Brasil: ela deveria formar uma elite intelectual nas mais diversas áreas do conhecimento. O fator de distinção na sociedade para esse grupo de renovadores não deveria ser mais de cunho econômico, mas sim, intelectual.

Olhar para a história da educação superior no Brasil possibilita a compreensão do processo de formação dos quadros intelectuais brasileiros, e nos coloca diante do legado educacional de outras épocas, o que permite nos situarmos em relação ao nosso passado coletivo. Este artigo tem como objetivo analisar os aspectos históricos e políticos que envolvem a formação dos quadros intelectuais brasileiros nos anos 1930. A discussão é realizada a partir da análise do discurso proferido por Anísio Spínola Teixeira (1900-1971), então Reitor da Universidade do Distrito Federal, na cerimônia de inauguração dos cursos em 31 de julho de 1935. Nesse discurso, intitulado Universidade: mansão da liberdade, o autor apresenta uma reflexão sobre o papel da universidade na constituição da elite intelectual brasileira.

Para os renovadores, a educação deveria ser o ponto inicial na reconstrução da nação. Seu plano de reconstrução envolvia todos os níveis de ensino, do jardim de infância à universidade. No que tange à educação superior, destaca-se a defesa dessa instituição como responsável pela formação de uma elite de pensadores, cientistas e educadores em detrimento da certificação profissional a uma elite econômica. A defesa da escola pública do movimento escolanovista incluía a luta por uma universidade pública e autônoma.

Como representante do movimento renovador, Anísio Teixeira defendia que o desenvolvimento da nação deveria estar atrelado ao desenvolvimento de um sistema cultural. Em seu pensamento, a universidade deveria priorizar a formação cultural, não somente a certificação de profissionais, o que nos incita a pensar no papel e lugar da universidade na sociedade brasileira. O processo de lutas por uma expansão da educação nacional, da democratização de ensino e da defesa de uma educação pública e para todos é um dos principais capítulos da trajetória intelectual de Anísio Teixeira, assim como o oposto também é inegável: a marca da atuação do educador está intrinsecamente relacionada ao movimento de democratização da educação em nosso país.

Com o intuito de contribuir para uma reflexão acerca da formação dos quadros intelectuais brasileiros nos anos 1930, bem como sobre a proposta de renovação da educação nacional e seu corolário, a modernização do Brasil, o caminho escolhido foi a análise da trajetória e do discurso pedagógico a partir do exame de um intelectual específico. Todavia, consideramos que as trajetórias de vida devam ser analisadas em suas relações com o contexto histórico, social, econômico, político e cultural. Assim, este texto insere o autor e sua obra em um panorama histórico da formação intelectual no Brasil, concomitante com uma discussão sobre os intelectuais e seu papel na sociedade.

1. Panorama histórico da universidade brasileira até a República

Ao analisar a educação superior em nosso país temos a dimensão de sua função ao longo da história: certificar as elites econômicas e formar quadros dirigentes, tanto no contexto da América Portuguesa quanto após a independência. Desde o surgimento das primeiras instituições escolares fundadas pelos jesuítas até a criação legal das primeiras universidades, a educação superior no Brasil “[...] foi criada não para atender às necessidades fundamentais da realidade da qual era e é parte, mas pensada e aceita como um bem cultural oferecido a minorias” (FÁVERO, 2006, p.19).

Ainda no período colonial, os jesuítas solicitaram que os cursos ofertados em suas instituições de ensino conferissem os mesmos graus que a Universidade de Évora. Na segunda metade do século XVII, por exemplo, intensificaram-se a troca de comunicações entre autoridades coloniais e portuguesas versando sobre a temática da criação de cursos superiores de Artes e Teologia.

[...] O Brasil julgava-se com direito à regalia, porque já então dispunha de juventude mais abundante e a guerra contra a Holanda desenvolvera a consciência da sua própria importância dentro da Comunidade Portuguesa [...] com a preocupação dos filhos da terra prevalecerem nos cargos mais vistosos dela, ou nos postos mais eminentes de ensino. (LEITE, 2006, p. 194).

A ideia de formar uma elite dirigente na e para a colônia já estava presente desde o século XVII. Todavia, isto não se configurava como um interesse da coroa portuguesa, pois, “Com a proibição da criação de universidades na colônia, Portugal pretendia impedir que os estudos universitários operassem como coadjuvantes de movimentos independentistas” (CUNHA, 2007). Assim, entre os séculos XVI e XVIII, era comum os filhos da elite residente na colônia estudarem na Universidade de Coimbra, onde eram preparados para compor o quadro administrativo do reino português.

Com a chegada da Família Real, em 1808, surgiram os primeiros cursos superiores direcionados aos estudos de Engenharia e Medicina. Podemos destacar a criação da Academia Real da Marinha, da Academia Real Militar, do Curso de Cirurgia da Bahia e do Curso de Cirurgia e Anatomia do Rio de Janeiro, então capital do império português. Contudo, não podemos ainda pensar em um conjunto de cursos articulados em torno de um projeto de formação de quadros intelectuais em universidades. (SAVIANI, 2010). Uma primeira preocupação em formar quadros para a administração do império pode ser observada com a criação de cátedras isoladas pelo rei Dom João VI em 1817. Uma década depois, o imperador Pedro I oficializou os Cursos Jurídicos na cidade de Olinda, na província de Pernambuco, e em São Paulo. Durante o período que compreende o Império brasileiro (1822-1889) houve o fortalecimento das cátedras independentes. Assim, ao olhar para a educação superior brasileira entre os séculos XVI e XVIII, podemos entender que o projeto de sociedade não comportava a criação de universidades devido à “[...] uma política de controle por parte da Metrópole de qualquer iniciativa que vislumbrasse sinais de independência cultural e política da Colônia” (FÁVERO, 2000, p.18-19).

Com a proclamação da República, o ensino superior continuou ligado fortemente ao poder central, por meio da Constituição de 1891. Mas os últimos anos do século XIX também foram marcados pelos movimentos favoráveis à desoficialização do ensino. Havia diferentes grupos que debatiam a questão da intervenção do Estado na educação superior. Por um lado, os positivistas, defendiam uma menor intervenção, pois, para eles, o Estado deveria se ocupar naquele momento de organizar a educação primária.

Esse grupo travou um embate ideológico com os liberais, que defendiam a criação de instituições universitárias. Além de defenderem a necessidade de organização de um ensino primário, “[...] os positivistas brasileiros opunham-se violentamente à criação de uma universidade por acreditarem tratar-se de uma instituição irremediavelmente comprometida com o conhecimento metafísico (na classificação comteana), que a ciência estava destinada a substituir” (CUNHA, 2007, p.156).

À medida que o ideal republicano ganhava terreno no final do século XIX o debate sobre a educação nacional igualmente se intensificou. Dentre as inúmeras mudanças estruturais que operaram, como a abolição da escravidão em 1888, a proclamação de um regime republicano em 1889 e a promulgação da constituição de 1891, é preciso destacar os esforços para organizar um sistema nacional de ensino. O ideário iluminista republicano defendia a organização da educação como corolário da modernização nacional.

2. Formação intelectual de Anísio Teixeira

Em meio a esse debate, que ganha corpo entre fins do século XIX e na primeira metade do século XX, permeado por transformações sociais, políticas e econômicas, podemos destacar a figura de Anísio Teixeira. O destaque a este intelectual deve-se ao fato de que sua participação ativa no campo educacional ao longo do século XX, bem como a análise de seu pensamento, são elementos essenciais para a compreensão histórica do projeto de educação e, por consequência, de sociedade, defendido por parte da intelectualidade brasileira ao longo do último século. Nascido em Caetité, sertão baiano, no ano de 1900, Anísio Teixeira iniciou sua vida política aos 24 anos como Inspetor Geral de Ensino em seu estado natal. (NUNES, 2000). Sobre seu ingresso na vida pública, confessou em carta a seu pai que:

A nomeação com que me surpreendeu o Dr. Calmon no princípio de seu governo, marcou a minha carreira. E hoje, por gosto e pela orientação que têm os meus estudos, pretendo não me afastar mais do campo da educação onde comecei a minha vida. (TEIXEIRA, 1927, s.p.).

Na ocasião, retornava de sua primeira viagem aos Estados Unidos, onde permaneceu por um período de seis meses. Aluno do Colégio jesuítico Antônio Vieira na Bahia, quase ingressou na vida religiosa. Sua família não reprovava sua vocação religiosa, mas seu ingresso na vida religiosa regular. Sobre esse assunto, sua mãe lhe escreveu:

Como hei de concordar que você seja jesuíta, e fazer uma separação eterna em vida. Isto para mim parece impossível. A resposta que tenho para lhe dar é o mesmo que lhe dizia aqui: se você quer servir a Deus e tem vocação para ser Padre, vai ser Padre secular, porque assim você servirá a Deus, à família e à sociedade, e com os bons exemplos que você há de dar, servirá muito para a religião. (TEIXEIRA, 1921, s. p.).

Se, por um lado, a mãe não incentivava o filho a se tornar jesuíta, por outro, Anísio era encorajado, também em carta, por um de seus professores, padre Luiz Gonzaga Cabral. Este havia sido provincial dos jesuítas em Campolide e confessor do rei português. Mesmo não tendo seguido carreira religiosa a passagem de Anísio Teixeira pelos colégios jesuíticos foi uma marca em sua trajetória de formação intelectual. Além da vida sacerdotal, os colégios dirigidos pela Companhia de Jesus, de modo geral, e, em especial o colégio Antônio Vieira em Salvador, prezavam pela vida acadêmica, o que possibilitou a Anísio uma sólida formação intelectual. Segundo Clarice Nunes, uma das maiores estudiosas da vida e obra de Anísio Teixeira, essa formação inicial:

[...] possibilitou-lhe o domínio da escrita, mediante um trabalho constante com os textos, o treinamento caligráfico, diferentes tipos de leitura, a realização de operações mentais analíticas e sintéticas. Abriu seu pensamento para o campo filosófico e estimulou o contato com os livros numa relação íntima que o acompanhou a vida toda. No gabinete de física, no laboratório de Química e no museu de história natural, Anísio pôde ingressar no campo científico e num modo de pensar que embora subordinado à fé era novo nos colégios da época. Foi ainda nesse ambiente que ele se reconheceu, como dizia, “um animal religioso” (NUNES, 2010, p. 13).

Em 1920, Anísio se viu diante de uma decisão que marcaria sua trajetória pessoal e intelectual. O pai desejava que o filho estudasse Direito e seguisse carreira política. Anísio era filho de Deoclesiano Teixeira, influente coronel baiano e Senador do Estado. Qualquer que fosse sua decisão teria prestígio e posição social naquele contexto: tanto a vida religiosa quanto a carreira política. Por fim, cumpriu o desejo do pai: embarcou para o Rio de Janeiro, capital federal na ocasião, no ano de 1921 a fim de estudar Direito. Em carta, o padre Cabral lamentava sua escolha, mas o encorajava a se ver como “[...] um religioso forçado a viver entre mundanos” (CABRAL, 1921, s. p.).

Voltando ao início de sua carreira política, que coincide com o seu primeiro contato com textos pedagógicos e com a realidade da educação pública, bem distinta dos colégios jesuíticos nos quais estudara, observou a princípio a “[...] dispersão e a desarticulação dos serviços educativos, o despreparo do professor, a imoralidade, a corrupção e a acomodação dos poderes públicos, alimentando a ineficiência da máquina estatal”. (NUNES, 2010, p. 16).

Diante disso, iniciou sua defesa de uma educação pública de qualidade e para toda a população, diametralmente oposta à visão dos coronéis da Bahia, que prezavam pelo incentivo e valorização da educação privada. Antes de sua vida pública atrelada à educação, sua formação em colégios jesuíticos interiorizara nele a

[...] visão hierarquizada dos homens e considerava a família a instituição modelar da sociedade. Defendia uma concepção elitista e seletiva de ensino. Militante do movimento católico, o educador esteve, durante sua juventude, ideologicamente próximo de Jackson de Figueiredo, Alceu Amoroso Lima e Plínio Salgado. (NUNES, 2010, p. 14).

Foi diante da situação educacional baiana que Anísio Teixeira tomou a decisão de realizar sua primeira viagem pedagógica aos Estados Unidos em 1927. A viagem de seis meses o colocou em contato com o pragmatismo de John Dewey (1859-1952). Seu contato com a literatura pedagógica norte americana pode ser considerado um momento importante em sua formação. Foi a partir da leitura de Dewey, de quem foi o primeiro tradutor no Brasil, que Anísio Teixeira passou por uma “conversão pelo avesso” (NUNES, 2010, p. 19).

O impacto desse contato em sua trajetória pessoal e na própria organização da educação no Brasil da qual foi colaborador uma vez que “O pragmatismo deweyano forneceu-lhe um

guia teórico que combateu a improvisação e o autodidatismo, permitiu-lhe operacionalizar uma política e criar a pesquisa educacional no país” (NUNES, 2010, p. 19).

Ao retornar, recebeu críticas de seus amigos, que afirmavam que ele havia voltado “americanizado”. Ao longo de sua trajetória, essa foi a primeira de muitas críticas que receberia e recebe até hoje. A introdução do pragmatismo em um movimento conhecido como escolanovista pode ser contestado em especial em sua defesa de uma educação subjetiva e utilitária, necessárias ao contexto do início do século XX como mola propulsora da modernização brasileira, bem como na construção da civilidade.

Essa defesa não pode, todavia, ser entendida desconectada do intenso processo de urbanização e industrialização cujo ápice aconteceu nos anos 1930. Esse movimento, do qual Anísio fez parte, construiu também uma memória da educação que vislumbrava essas décadas iniciais do século XX como renovadoras. A respeito de tal construção, Mirian Jorge Warde (1989) alerta sobre a necessidade de abalarmos as certezas que decorreram da hegemonização desse ideário: é preciso compreender e ler a história da educação também pelas lutas sociais e políticas.

Nesse sentido, é importante compreender que a defesa de um ideário renovador no início do século está permeada por uma questão contextual: o processo de urbanização, a necessidade da civilidade, a construção de um sentimento nacional, e a formação de mão-de-obra qualificada. Também se fazia necessário formar quadros intelectuais em uma perspectiva liberal e progressista. A defesa de uma sociedade democrática, contudo, não bastou para a efetivação desse ideário nos anos iniciais da república brasileira. A primeira república foi marcada pelo poder político das oligarquias locais, que incluía a manipulação de votos, a indicação para cargos políticos e uma tradição de valorização da educação privada.

Do início da República até a chamada Revolução de 1930, houve uma série de transformações na educação superior. Dentre elas, a facilidade de acesso, como nunca havia sido registrada anteriormente. Tanto a luta entre liberais e positivistas pelo ensino livre quanto o próprio aumento da procura por cursos superiores foram responsáveis por uma maior acessibilidade associada às reformas educacionais de 1891. A partir dessas reformas, “[...] os alunos que tivessem concluído seus estudos poderiam se inscrever em qualquer curso superior do país, sem exigência de exames de estudos preparatórios” (CUNHA, 2007, p.158).

Essa reforma trouxe como consequência uma série de outras reformas nas décadas de 1910 e 1920, que objetivavam conter o acesso ao ensino superior por meio da criação de critérios de avaliação, como por exemplo, o exame vestibular. Além disso, houve a exigência da apresentação do certificado de aprovação no curso ginasial para o ingresso a uma instituição superior. Essa contenção era necessária, pois em decorrência da ampla certificação “[...] os diplomas das escolas superiores tendiam a perder raridade e, em consequência, deixavam de ser um instrumento de discriminação social eficaz e aceito como legítimo” (CUNHA, 2007, p.158).

Em fins da década de 1920 a Associação Brasileira de Educação (ABE) e a Associação Brasileira de Ciências (ABC) discutiam os modelos de universidade para serem implantados no Brasil. Naquele momento Anísio Teixeira retornava aos Estados Unidos para ingressar em um curso de Mestrado na Universidade de Columbia. Em seus estudos na América do Norte, além do contato com o pragmatismo de John Dewey, Teixeira conviveu e estreitou laços de amizade com intelectuais brasileiros que viviam lá, entre eles Gilberto Freyre (1900-1987) e Monteiro Lobato (1882-1948).

Com a revolução de 1930, Anísio Teixeira foi convidado pelo prefeito do Distrito Federal, Pedro Ernesto Baptista (1884-1942) para ocupar a Direção do Departamento de Educação. Sua tarefa consistia em desenvolver um projeto para o município, porém, que objetivasse servir de exemplo para a reorganização de todos os níveis de ensino em todo o país. Ainda nos anos 1930, Anísio fez parte do grupo que apresentou ao Estado e ao povo um documento que pretendia reestruturar o ensino no país em seus diferentes níveis e modalidades. Trata-se do Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova, que defendia uma educação laica, pública, gratuita e livre. Redigido por Fernando de Azevedo (1894-1974), o documento teve Anísio Teixeira como um dos 26 signatários.

Nesse contexto, o Governo Provisório cria o Ministério da Educação e Saúde Pública, tendo como seu primeiro titular Francisco Campos, que, a partir de 1931, elabora e implementa reformas de ensino – secundário, superior e comercial – com acentuada tônica centralizadora. (FÁVERO, 2006, p. 23).

Em suma, no que concerne especificamente à educação superior, a realidade do início do século era a de Faculdades isoladas, de iniciativa privada, que se multiplicaram a partir da abertura promovida quando da vinda da família real em 1808, com a criação dos primeiros

cursos superiores a fim de atender à demanda da corte portuguesa recém-transferida para o Rio de Janeiro. Apesar de ao longo do século XIX o ensino superior ter se adensado no Brasil, não significou uma integração dos cursos, escolas e faculdades. No final do século XIX e início do XX, possuíamos o quadro de uma formação superior privada, voltada à certificação de uma elite econômica, a fim de exercer poder político, sem uma preocupação do Estado em organizar e dirigir essas instituições.

Nesse contexto de disputa e debate sobre o modelo de universidade a ser implantado no Brasil, Anísio Teixeira posicionava-se contrariamente ao modelo de universidade tido como conservador, centralizador e hegemônico defendido pela segunda Constituição Republicana de 1934. Esse modelo foi reforçado com o Estado Novo (1937-1945) do presidente Getúlio Dorneles Vargas (1882-1954). Quais projetos de Educação superior e Pesquisa ele defendia? A partir dessa questão, direcionaremos nossa análise aos conceitos de universidade e intelectual presentes em seu discurso *Universidade: mansão da liberdade*.

3. A Universidade e os intelectuais no pensamento de Anísio Teixeira

O discurso que Anísio Teixeira proferiu por ocasião da solenidade de inauguração dos cursos na Universidade do Distrito Federal, em 31 de julho de 1935 foi publicado em uma coleção intitulada “Educação e Universidade”, em 1998. Compõem a obra textos diversos do educador, apresentados e organizados por Maria de Lourdes A. Fávero e Jader de Medeiros Britto³. Os temas do ensino superior, sua organização e função social são recorrentes no pensamento de Anísio Teixeira. Assim, é importante esclarecer que esta discussão considera exclusivamente um discurso proferido em 1935 e, portanto, as ideias de seu autor naquele contexto. Até o fim de sua vida, Teixeira publicou vários outros textos nos quais aprofundou e desenvolveu melhor sua defesa da universidade brasileira.

Apesar disso, consideramos que o referido discurso é uma fonte significativa para a escrita da história da educação brasileira. Mesmo que ele não contenha, de forma definitiva, a visão de universidade que Anísio Teixeira apresentaria no final de sua vida, encontram-se presentes nesse discurso indícios da defesa que seria uma das marcas de sua trajetória intelectual: a defesa do ensino superior.

³ O próprio título do discurso, *Universidade: mansão da liberdade*, foi atribuído pelos organizadores. Antes, havia sido publicado no número 85 da Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos em 1962, sob o título *Notas para a História da Educação*. A partir deste ponto referenciaremos o discurso como o capítulo publicado na coletânea em 1998.

A Universidade do Distrito Federal (UDF) marca a história do ensino superior brasileiro, apesar de ter existido por um período de tempo inferior a quatro anos (1935-1939). Foi instituída no Rio de Janeiro, por meio do Decreto Municipal n.º 5513/35, como parte de um programa para a instrução pública liderado por Anísio Teixeira, no período em que o educador ocupava a Secretaria de Educação do Distrito Federal. Nesse cargo, Anísio foi responsável por organizar uma rede de educação municipal, que contemplava da pré-escola ao ensino superior. A UDF trouxe uma novidade acerca das funções da universidade no Brasil, especialmente no que diz respeito ao seu papel de promover e estimular a cultura, com vistas ao aperfeiçoamento de toda a sociedade brasileira. (FÁVERO; BRITTO, 1998).

A UDF era constituída de cinco escolas: a Faculdade de Filosofia e Letras, a Faculdade de Ciências, a Faculdade de Economia Política e Direito, a Escola de Educação e o Instituto de Artes. Para sua inauguração, Afrânio Peixoto fora enviado à Europa para contratação de uma missão de professores estrangeiros. Sua curta existência é analisada por Fernando de Azevedo como resultado das dificuldades encontradas, em parte, decorrentes da mentalidade utilitária e profissional da época, predominantes no ensino superior, e em parte como decorrentes do próprio momento histórico conturbado, de crise social global, que resultou no desenvolvimento de Estados totalitários e nacionalismos agressivos. (AZEVEDO, 1971, p. 668).

No início de seu discurso, Anísio Teixeira destaca quatro instituições que considerava presentes, ainda que de modo desorganizado, em todos os povos, sejam elas a família, o Estado, a Igreja e a escola. A função delas seria a de manter, nutrir, ordenar e iluminar a vida em comum. No caso específico da escola, a função seria a de humanizar e socializar os indivíduos. Para Teixeira, à medida que a sociedade se organiza, essas instituições passam a se relacionar em equilíbrio, sem que haja a supremacia de uma em relação às outras, especialmente no que concerne às suas funções. (TEIXEIRA, 1998).

Percebemos o destaque dado à escola em seu discurso, que, dentre aquelas quatro instituições era considerada a que mais se emancipava naquele contexto. Apesar disso, observa que suas funções ainda se confundiam com as funções da família, do Estado e da Igreja, e que estas instituições acabavam por exercer a sua tutela.

De todas elas, a Escola é a que mais recentemente se vem emancipando, não sendo quase possível exemplificar, na história, já não digo o período de sua predominância, mas de sua legítima e total independência.

Confundida sua função com a Família, com a Igreja e com o Estado, é, ainda hoje, com esses três senhores, que ela discute sua autonomia... Ou melhor, são ainda esses três senhores que discutem, entre si, sobre a sua tutela. (TEIXEIRA, 1998, p. 32-33).

Teixeira apresenta como objetivo fundamental da educação escolar a sua função de mantenedora dos valores humanos e de instrumento para o desenvolvimento da sociedade. E entende que a partir da modernidade, é na universidade que se encontra de maneira explícita a natureza legítima de sua função histórica. Com isso, no discurso, o educador apresenta um breve histórico da universidade e de seu papel. A universidade foi responsável, segundo ele, por promover a distinção das funções exercidas pelos indivíduos na sociedade no período medieval. Afirma que nessas instituições, ligadas à tutela da Igreja, não havia uma preocupação primeira com o desenvolvimento e conservação do saber humano. Serviam como modo de assegurar privilégios aos indivíduos que a elas tivessem acesso. A partir da modernidade, no entanto, as universidades passam a ganhar autonomia em relação à Igreja, ao Estado e à família. Com isto, elas se tornaram instituições indispensáveis para a existência de um povo: não há povo autônomo e independente sem a universidade:

A universidade é, pois, na sociedade moderna, uma das instituições características e indispensáveis, sem a qual não chega a existir um povo. Aqueles que não as têm também não têm existência autônoma, vivendo, tão-somente, como um reflexo dos demais.

Com efeito, a história de todos os países que floresceram e se desenvolveram é a história da sua cultura e a história da sua cultura é, hoje, a história das suas universidades [...] (TEIXEIRA, 1998, p. 34).

Dessa forma, era imperioso ao Brasil, naquele contexto dos anos de 1930, formar uma identidade, dar sentido a uma ideia de povo. Na visão de Teixeira (1998), a universidade seria a responsável por dirigir este processo, de modo que não poderia existir um povo brasileiro sem o pleno desenvolvimento e organização desta instituição na sociedade brasileira. Para argumentar, ele compara a história brasileira com as histórias europeia e dos Estados Unidos da América. Em seu discurso Anísio Teixeira destaca que na Europa havia considerável número de universidades já no século XV, enquanto no Brasil:

Quase cinco séculos depois, possuímos seis universidades, das quais apenas uma tem, além de objetivos práticos e profissionais, objetivos de cultura desinteressada e de preparação para a carreira intelectual.

Pois neste nosso país que não é, positivamente, a pátria das universidades, começamos a nos organizar, com rumores em volta de nós de que somos demais, de nos sobram instituições de cultura superior e nos faltam escolas primárias. (TEIXEIRA, 1998, p. 36).

Note-se o posicionamento do autor em relação ao debate da década de 1930 entre aqueles que questionavam a implantação e manutenção por parte do Estado de universidades quando ainda não havia no Brasil escolas primárias suficientes a toda a população. Anísio entendia a educação como um processo longo, de forma que não poderia existir um ensino básico de qualidade, sem que houvesse também qualidade no ensino superior.

É que nenhum país do mundo, até hoje, julgou possível construir uma cultura de baixo para cima, dos pés para a cabeça. Para haver ensino primário, é necessário que exista antes o secundário, e para que o secundário funcione é preciso que existam universidades.

Entre nós, predominou, entretanto, o mais espantoso “praticismo” que já alguma vez assolou uma nação. Em ensino primário, basta-nos alfabetização, e acima dele bastar-nos-ia todos o repetem, ensino de ofícios e artes [...]. (TEIXEIRA, 1998, p. 37)

Aos poucos, no discurso, Anísio Teixeira apresenta aquela que ele entende ser a função da universidade. Ela deve manter uma atmosfera de saber para preparar o homem que o serve e o desenvolve; é responsável por conservar o saber vivo e não morto nos livros; deve formular intelectualmente a experiência humana para que ela se torne consciente e progressiva. Em outras palavras: a universidade é o encontro entre as pessoas que sabem e aquelas que desejam saber. (TEIXEIRA, 1998). A partir disso, podemos questionar: havia, no tempo de Anísio Teixeira, instituições como estas que ele entendia como responsáveis pela manutenção do saber e da cultura da humanidade? Segundo ele não. O que existiam eram escolas de certo tipo profissional, que distribuíam anualmente diplomas em número muito maior que o necessário e o possível de se consumir:

Esse país é o país dos diplomas universitários honoríficos, o país que deu às suas escolas uma organização tão fechada e tão limitada, que substituiu a cultura por duas ou três profissões práticas, é o país em que a educação, por isso mesmo, se transformou em título para ganhar um emprego. (TEIXEIRA, 1998, p. 37).

A universidade que abria suas portas em julho de 1935 deveria se diferenciar daquelas existentes no Brasil naquele período. Isto porque não estaria destinada a preparar simplesmente uma variedade de profissionais, médicos, bacharéis, dentistas e engenheiros civis. Ela deveria visar:

[...] o preparo do quadro intelectual do País, que até hoje se tem formado ao sabor do mais abandonado e mais precário autodidatismo. Uma escola de educação, uma escola de ciência, uma escola de filosofia e letras, uma escola de economia e direito, e um instituto de artes, com objetivos desinteressados de cultura, não podem ser demais no País, como não podem ser demais na metrópole desse país. (TEIXEIRA, 1998, p. 38).

É possível perceber a concepção de intelectual presente no pensamento de Anísio Teixeira. O intelectual é visto como mais do que o homem diplomado. Estas duas categorias nem sempre se completam e são, por vezes, diversas. “Profissões se regulamentam, mas não se regulamenta a cultura”, diria em seu discurso. (TEIXEIRA, 1998, p. 39).

Dessa forma, o intelectual é o homem culto, o sábio, portador de uma cultura desinteressada. Assinale-se, no entanto, que ser portador de uma cultura desinteressada, não significava que o intelectual seria também desinteressado das questões sociais.

Na universidade está figura teria a contribuir para a consolidação da cultura e unificação do pensamento da nação, pois, segundo a análise de Teixeira (1998), um dos grandes problemas brasileiros era que sua cultura se ressentia da falta de quadros regulares para sua formação. A criação de universidades, do mesmo modelo da UDF, poderia auxiliar num processo de união:

[...] Em países de tradição universitária, a cultura une, solidariza e coordena o pensamento e a ação. No Brasil, a cultura isola, diferencia, separa. E isso, por quê? Porque os processos para adquiri-la são tão pessoais e tão diversos, e os esforços para desenvolvê-la, tão hostilizados e tão difíceis, que o homem culto, à medida que se cultiva, mais se desenraiza, mais se afasta do meio comum, e mais se afirma nos exclusivismos e particularismos de sua luta pessoal pelo saber. (TEIXEIRA, 1998, p. 40).

O valor conferido aos quadros intelectuais é notório, assim como também é notório o valor conferido às instituições responsáveis por sua formação, as universidades. De maneira geral, em seu projeto, a universidade deveria se constituir num espaço intelectual, livre, de estímulo à produção e divulgação de uma cultura desinteressada, cujo objetivo primordial é dar sentido à existência humana e, sem a qual, não é possível existir uma nação autônoma e independente.

Conclusão

A defesa da escola pública do movimento escolanovista incluía a defesa de uma universidade pública e autônoma. Para os renovadores, a educação deveria ser o ponto inicial na reconstrução da nação. Seu plano de reconstrução envolvia todos os níveis de ensino, do jardim de infância à universidade. No que tange à educação superior, destaca-se a defesa dessa instituição como responsável pela formação de uma elite de pensadores, cientistas e educadores em detrimento da certificação profissional a uma elite econômica. Como representante do movimento renovador, Anísio Teixeira defendia que o desenvolvimento da nação deveria estar atrelado ao desenvolvimento de um sistema cultural. Assim, a universidade deveria priorizar a formação cultural, não somente a certificação de profissionais, o que nos incita a pensar no papel e lugar da universidade na sociedade atual.

A crença depositada no papel de transformação social dos intelectuais é uma das características do discurso de Anísio Teixeira analisado neste artigo. Tal crença, como analisou Eric Hobsbawm (2013) é típica do “breve século XX”, época de profundas transformações, guerras de religião e ideológicas, quando o engajamento político dos intelectuais assumiu a forma das mobilizações contra algo ou alguma coisa. Em muitos movimentos, os intelectuais assumiram a linha de frente.

Nos movimentos de luta no campo educacional brasileiro ao longo da primeira metade do século XX, não foi diferente. Anísio Teixeira é um exemplo disto. Por meio da análise de seu discurso na inauguração dos cursos da Universidade do Distrito Federal, em 1935, é possível vislumbrar a defesa de um projeto de educação que considerava a universidade como espaço fundamental de consolidação de uma elite intelectual, responsável por difundir na sociedade um tipo determinado de cultura.

A esta elite intelectual, Anísio Teixeira atribuía uma função dirigente na sociedade; não seria possível unificar a nação, bem como seu povo, se não se partisse de um projeto

claramente definido de cultivo desta cultura desinteressada. Nesse sentido, há, concomitantemente, um projeto que além de educacional é também um projeto social.

Além disso, também é interessante observar que mesmo tendo sido escrito e pronunciado há oito décadas, o discurso permite a reflexão sobre o contexto atual. Aliás, é esta uma das funções primordiais da história: possibilitar o questionamento de nossa época. Assim sendo, em que medida, nos dias atuais, há a predominância das ideias expressas no projeto de Teixeira em nosso entendimento de universidade? Que papel tem sido atribuído às instituições de ensino superior? Que papel elas têm desempenhado em nosso país?

Com poucas exceções, é possível afirmar que o ensino superior brasileiro seguiu um caminho diverso daquele projetado por Anísio Teixeira. De maneira geral, e este não é um problema exclusivamente brasileiro, sua expansão contribuiu para transformar o diploma de ensino superior em qualificação essencial para a profissionalização, qualquer que seja. Um dos grandes dilemas a serem analisados pela universidade, contudo, é que a ênfase na formação prática, cada vez mais aligeirada, tem produzido entre nós, um número grande de diplomados, que não serão absorvidos pela sociedade e por seu mercado de trabalho.

Referências

- AZEVEDO, F. *A cultura brasileira*. 5ª ed. São Paulo: Melhoramentos: Ed. da USP, 1971.
- CABRAL, L.G. *Carta a Anísio Teixeira*, Salvador, 20 abr. 1921. Localização do documento: Fundação Getúlio Vargas/CPDOC - Arquivo Anísio Teixeira - ATc - 18 01 26. Disponível em: <http://www.bvanisioiteixeira.ufba.br>. Acesso em: 18 mar. 2013.
- CUNHA, L.A. Ensino superior e universidade no Brasil. In: LOPES, E.M.T.; FARIA FILHO; L.M.; VEIGA, C.G. (Org.) *500 anos de Educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007, p. 151-204.
- FÁVERO, M.L.A. *Universidade e Poder*. Análise Crítica/Fundamentos Históricos (1930-45). 2ª ed. Brasília: Plano, 2000.
- FÁVERO, M.L.A. A Universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968. *Educar*. UFPR, Curitiba, n. 28, 2006, p. 17-36.
- FÁVERO, M.L.A.; BRITTO, J. M. Introdução. In: TEIXEIRA, A. *Educação e Universidade*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1998.
- HOBSBAWM, E.J. *Tempos Fraturados: Cultura e Sociedade no século XX*. São Paulo: Cia das Letras, 2013.
- LEITE, S. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Tomo VII. Belo Horizonte: Itatiaia, 2006.

MANIFESTO dos Pioneiros da Escola Nova. 1932. Disponível em:

http://www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/edicoes/22e/doc1_22e.pdf. Acesso em: 19 Mai. 2014.

NUNES, C. *Anísio Teixeira*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2010. (Coleção Educadores).

NUNES, C. Anísio Teixeira entre nós: a defesa da educação como direito de todos. *Educação e Sociedade*. ano XXI, n. 73, Dezembro/00, p. 09-40.

SAVIANI, D. A Expansão do Ensino Superior no Brasil: mudanças e continuidades. *Poiesis Pedagógica*. Universidade Federal de Goiás. Goiânia, v.8, n.2 ago.-dez.2010, p.4-17.

TEIXEIRA, A. *Carta a Deocleciano Pires Teixeira*, Bahia, 18 nov. 1927. Localização do documento: Fundação Getúlio Vargas/CPDOC - Arquivo Anísio Teixeira – ATc 22.03.06. Disponível em: <http://www.bvanisio Teixeira.ufba.br>. Acesso em: 18 mar. 2013.

TEIXEIRA, A. Universidade: mansão da liberdade. In: *Educação e Universidade*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1998, p. 31-44.

TEIXEIRA, A.S. *Carta a Anísio Teixeira*, Caetité, 14 abr. 1921. Localização do documento: Fundação Getúlio Vargas/CPDOC - Arquivo Anísio Teixeira - ATc 19.04.10. Disponível em: <http://www.bvanisio Teixeira.ufba.br>. Acesso em: 18 mar. 2013.

WARDE, M. Prefácio. In: MONARCHA, C. *A reinvenção da cidade e da multidão - Dimensões da modernidade brasileira: a Escola Nova*. São Paulo/Campinas: Cortez/Autores Associados, 1989, p. 09-10.